

ESPECIFICAÇÃO

Nº 2024.1128.00046-4

Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Elaboração de Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projetos Legais, Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares e Fiscalização da obra para a Portaria/ Ponto Apoio Institucional e Reforma da Casa dos Ventos no **Parque Estadual do Biribiri**, localizado no município de Diamantina/ MG, Unidade de Conservação Beneficiada pelo Programa COPAÍBAS

Rio de Janeiro, novembro de 2024

SUMÁRIO

1. OBJETO	3
2. CONTEXTOS E ANTECEDENTES	3
3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	5
4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	6
5. ESCOPO DE SERVIÇOS	12
6. RESULTADOS, PRODUTOS ESPERADOS E CRONOGRAMA.....	20
7. EQUIPE TÉCNICA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA.....	23
8. PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES	24
9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS	25
10. DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS.....	26
11. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR DA UC.....	26
12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	27
13. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS	29
14. DIREITOS AUTORAIS	29
15. RESPONSABILIDADE TÉCNICA	29

Especificação nº 01/2024

ESPECIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO PRELIMINAR, ANTEPROJETO, PROJETOS LEGAIS, PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES E FISCALIZAÇÃO DA OBRA PARA A PORTARIA/ PONTO DE APOIO INSTITUCINAL E REFORMA DA CASA DOS VENTOS NO PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA PELO PROGRAMA COPAÍBAS

1. OBJETO

Contratação de Pessoa jurídica Especializada para Elaboração de Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projetos Legais, Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares e Fiscalização da obra para a Portaria/ Ponto de Apoio Institucional e Reforma da Casa dos Ventos no Parque Estadual do Biribiri, localizado no município de Diamantina, estado de Minas Gerais, conforme especificações à seguir.

2. CONTEXTOS E ANTECEDENTES

FUNBIO E O PROGRAMA COPAÍBAS

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), gestor financeiro dos recursos aportados para esse Projeto, é uma associação civil sem fins lucrativos que iniciou sua operação em 1996. É um mecanismo financeiro privado inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Atua como parceiro estratégico dos setores público, privado e da sociedade civil organizada, em parcerias que consolidam políticas de conservação, viabilizam programas de financiamento ambiental e também investimentos socioambientais de empresas, redução e mitigação de seus impactos, bem como o cumprimento de suas obrigações legais.

O FUNBIO é responsável pela execução operacional do Programa Copaíbas e dentro desse contexto, providencia as aquisições e contratações para as UC's contempladas com recurso desse Programa.

O Programa COPAÍBAS tem como objetivo principal contribuir para a redução da taxa de desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado.

Para isto, o Programa está estruturado em quatro metas: 1. Fortalecer o sistema de áreas protegidas do Cerrado; 2. Fortalecer a gestão territorial dos povos indígenas; 3. Sensibilizar e promover o diálogo qualificado sobre temas afetos às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade e, por fim; 4. Promover alternativas econômicas que preservem florestas e vegetação nativa por meio da estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Cerrado e Amazônia e investimentos estratégicos em Cadeias de Valor (CV) da sociobiodiversidade.

A primeira meta, que trata de Unidades de Conservação (UCs) públicas e privadas, apoia atualmente 21 UCs no Cerrado, todas criadas em âmbito estadual. Para atendimento desta

meta, foram pensadas ações de estruturação (consolidação) destas Unidades, tais como elaboração de Plano de Manejo, fortalecimento do Conselho Gestor, demarcação da UC e melhorias das instalações disponíveis nas Unidades.

Desta forma, a presente especificação contempla ações no Parque Estadual do Biribiri, localizado no município de Diamantina/ MG, para Elaboração de Estudo Preliminar, Anteprojeto e Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares para a Portaria/ Ponto de Apoio Institucional e Reforma da Casa dos Ventos na Unidade de Conservação em tela.

PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI (informações cedidas pelo IEF/ MG)

O Parque Estadual do Biribiri (PEBI) tem como gestor o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/ MG) e está localizado no município de Diamantina, no estado de Minas Gerais, tendo sido criado, no ano de 1998, pelo decreto Estadual nº 39.990, de 22 de setembro do mesmo ano e possui área de 16.999 ha. Importante destacar que o PEBI está implantado no entorno imediato da zona urbana do município de Diamantina, além de estar às margens da BR 367, importante via de ligação regional.

O PEBI pertence à cadeia montanhosa do Espinhaço Mineiro e possui diversos ambientes naturais que são protegidos pela unidade de conservação, compondo um exuberante mosaico paisagístico com cerrados, campos limpos, campos rupestres, matas ciliares e remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual.

Esses mosaicos sustentam uma diversidade incrível de espécies da flora e da fauna, incluindo espécies consideradas ameaçadas de extinção, raras e vulneráveis, como a onça-parda *Puma concolor*, o lobo-guará *Chrysocyon brachyurus* e a jaguatirica *Leopardus pardalis*, além do mocó *Kerodon rupestris*.

O PEBI situa-se também no centro de diversidade de diferentes grupos botânicos, como das plantas conhecidas como sempre-vivas, de bromélias, asteráceas, metastomatáceas, entre outras.

Em um levantamento de espécies de sempre-vivas (Eriocaulaceae) realizado em sete parques estaduais mineiros, o PEBI despontou como detentor da maior riqueza, com 52 espécies, algumas das quais consideradas ameaçadas de extinção, como a *Comanthera acyphilla*, a *C. bisulcata* e a pé-de-ouro *C. elegans*. As bromélias também colocam o parque em posição de destaque, com 32 espécies distribuídas em 12 gêneros, como por exemplo, *Vriesea minor* e *Orthophytum diamantinense*, que são consideradas endêmicas do Planalto de Diamantina. Aliás, no parque existe também uma espécie nova recém descoberta de bromélia, a *Forzzaea coutensis*.

Entremeados à sua excepcional riqueza natural e notável beleza cênica, o parque possui diversos caminhos que se descortinam em atrativos naturais e histórico-culturais de grande relevância regional, como cachoeiras, piscinas naturais e corredeiras, mirantes, lapas, pinturas rupestres e um acervo que ilustra capítulos importantes da história brasileira. Importante mencionar a vila do Biribiri, apesar de ser no entorno imediato do parque, pois é um ponto turístico consolidado totalmente envolvido pela área protegida; a vila preserva uma ambiência especial pela arquitetura local e uma história fascinante em seu acervo.

Todo o conjunto torna o PEBI um dos parques estaduais mais visitados de Minas Gerais; em 2019, antes da pandemia do coronavírus, mais de 70 mil visitantes se encantaram com suas belezas, acessando os locais com veículos, bicicletas, em passeios leves ou caminhadas mais duras. O parque tem um grande potencial para esportes de aventura em contato com a natureza, acolhendo também eventos de grande relevância, como de mountain bike e corridas.

Diversas nascentes estão protegidas na unidade de conservação, de tributários da bacia do rio Jequitinhonha e todos considerados de preservação permanente pela Lei Estadual nº 15.082/2004. Na área existem muitas turfeiras, que são solos orgânicos com alta capacidade de retenção de água, é um terreno de valor inestimável para toda a região, para manter as águas correndo e abastecer milhares de famílias.

O PEBI também é um verdadeiro celeiro para a construção de conhecimentos, acolhendo muitos pesquisadores e estudiosos que desenvolvem estudos e trabalhos de monitoramento ambiental. Além disso, o parque tem uma rotina de recebimento de turmas para visitas técnicas e educação ambiental. Por todos seus atributos, em meio ao contexto em que está inserido, a UC desponta, cada vez mais, como um elemento essencial ao desenvolvimento sustentável de toda a região.

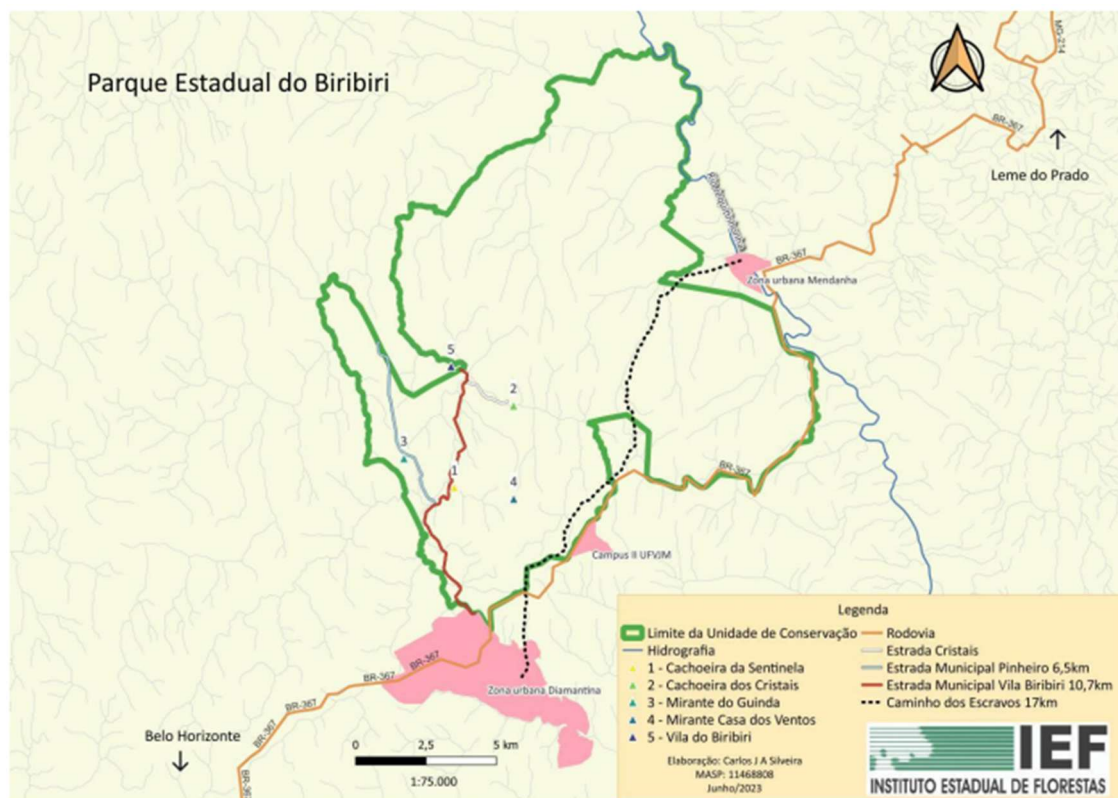


Fig. 01: Localização do PEBI. Fonte: Plano de Manejo. IEF, 2023

3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente especificação visa fornecer às empresas de arquitetura e engenharia, com a habilitação requerida neste documento, requisitos mínimos necessários à formulação de propostas, bem como definir as diretrizes a serem observadas para a elaboração dos serviços

acima referenciados, a ser contratada por meio de seleção na modalidade Tomada de Preços, de acordo com a política de Compras e Contratações do FUNBIO.

Esta Especificação tem por objetivos específicos:

- Caracterizar o objeto a ser contratado.
- Estabelecer as normas, especificações e procedimentos que orientam os processos de desenvolvimento, aprovação e avaliação de projetos, objeto da contratação.
- Estabelecer a metodologia de planejamento gerencial das atividades a serem desenvolvidas.
- Estabelecer as formas de medição e fiscalização dos serviços que serão desenvolvidos durante o cumprimento do Contrato.
- Por meio da fiscalização da obra garantir: o cumprimento das normas, especificações e procedimentos; o estabelecimento do planejamento das atividades, execução da análise e adequação dos projetos de engenharia, gerenciando e supervisionando a obra; o suporte administrativo e técnico; a conferência dos padrões e níveis de qualidade projetados para serem executados; o estabelecimento dos critérios e programação dos serviços a serem realizados; a análise detalhada de documentos do processo de contratação da empresa executora da obra.

4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O PEBI possui uma infraestrutura administrativa coordenada pelo IEF, que funciona na Sede Regional do IEF, localizada no centro da zona urbana de Diamantina. O principal acesso ao PEBI se dá pela Avenida Geraldo Edson do Nascimento, no bairro Cidade Nova, através de via pavimentada que finda na Portaria do Parque.

Neste local, o PEBI possui infraestrutura composta por 02 containers, sendo 01 em madeira, justaposto à via, e 01 metálico, mais recuado. O primeiro container, em madeira, é dotado um pequeno escritório com copa e banheiro, o segundo, metálico, funciona como almoxarifado da Unidade de Conservação. Entre as estruturas citadas, existe uma cobertura, em telhado de fibrocimento, que conforma área de mesa e convivência para os funcionários. Externamente, o local possui um portal do letreiro do PEBI e cancela de controle do acesso de veículos.



Fig. 02: Atual Portaria do PEBI. Fonte: IEF, 2024

Conforme informações disponibilizadas pelo IEF/ MG e pela gestão PEBI, a infraestrutura existente é insuficiente, e de caráter provisório, sendo necessário a implantação de uma Portaria adequada, dotada de guarita, cancela, banheiros, bem como a instalação de infraestrutura de apoio as atividades institucionais da gestão, tal como escritório institucional, garagem, almoxarifado e etc, ou seja, uma nova edificação que estamos denominando de Portaria/ Ponto de Apoio Institucional.

O terreno alvo da intervenção, possui solo arenoso, com relevo irregular e em área antropizada. O local é acessado por estrada pavimentada, em estado de conservação razoável, e está próximo a zona urbana de Diamantina, distando em aproximadamente 900m da BR 367. As coordenadas geográficas do local de implantação da Portaria são 18°13'24.78"S e 43°36'42.29"O.

O terreno possui rede elétrica passando nas proximidades e fornecimento de água pela concessionária.



Fig. 03: Localização do local de implantação da Portaria/ Ponto de Apoio Institucional. Fonte: Google Earth, 2024.

No que diz respeito à edificação a ser projetada, o IEF/ MG possui um estudo preliminar padrão, que deverá ser referencial ao desenvolvimento do projeto alvo desta especificação, em tela, entretanto ressalta-se que o citado projeto padrão será apenas uma referência e deverá ser adaptado pela contratada, de acordo com o programa arquitetônico que será apresentado abaixo. Segue abaixo o modelo:

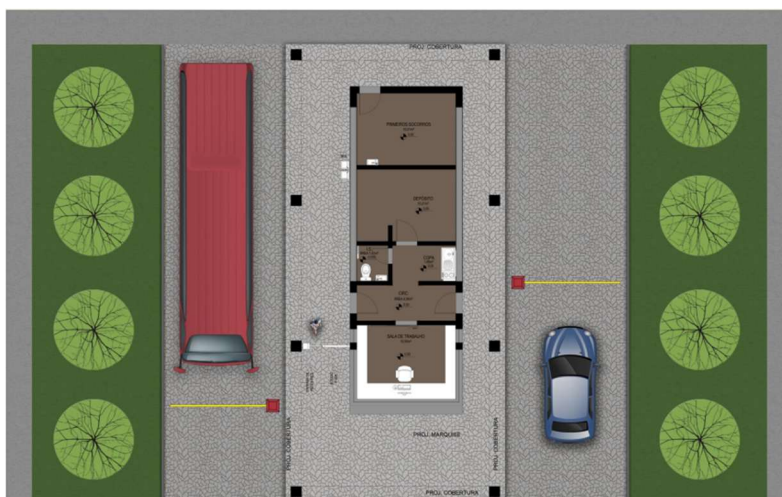


Fig. 04: Estudo Preliminar Padrão para Portaria. Fonte IEF/ 2024.



Fig. 05: Elevação Frontal do Estudo Preliminar Padrão para Portaria. Fonte IEF/ 2024.

Conforme definido previamente pela Gerência da UC e pelo IEF/ MG, a nova **Portaria/ Ponto de Apoio Institucional (aprox. 230 m2)** deverá conter:

- Guarita para 01 funcionário com controle de acesso;
- Controle/ Cancela para passagem de 01 Veículos;
- Sala administrativa com 02 estações de trabalho; armários para guarda de materiais de escritório e equipamentos pequenos; mesa de reunião para até 8 pessoas;
- Instalações Sanitárias, Masculino e com chuveiro e armários para funcionários;
- Copa/ Cozinha;
- Área de Serviço e Depósito de materiais de limpeza;
- Almoxarifado para equipamentos manuais de manejo e combate ao fogo e outros materiais. O local deverá ser dotado de isolamento/ resistência ao fogo;
- Almoxarifado, com ventilação cruzada, para armazenamento de combustíveis e outros materiais. O local deverá ser dotado de isolamento/ resistência ao fogo;
- Garagem Fechada (03 caminhonetes e 03 motos)
- Sanitários masculino e feminino acessíveis à Portadores de Deficiência (Público);
- Bebedouro;
- Portal com Letreiro e Logo do PEBI;
- Estacionamento Descoberto, sendo 10 vagas visitantes;
- Cercamento do terreno (limite a definir)

Deverá ainda ser projetado, de maneira contígua à edificação descrita acima, 03 áreas edificadas, denominadas aqui de Anexo Portaria (aprox. 75 m2) que atenderão à futuros concessionários ou parceiros privados da instituição, sendo:

- Garagem Fechada (03 caminhonetes e 03 motos)
- Escritório
- Almoxarifado

Os espaços listados acima (Anexo Portaria) deverão ser projetados integrados à Portaria/ Ponto de Apoio Institucional, entretanto sua concepção deverá prever a execução de obras em fases distintas e independentes.

Para além, a gestão do PEBI pretende também reformar a Casa dos Ventos, edificação interna ao Parque, que está implantada em ponto estratégico (mirante), constituindo importante área de observação da Unidade de Conservação.

Atualmente, a Casa dos Ventos é uma edificação de um único cômodo, coberto por telhado cerâmico de 02 águas, que está implantada num dos pontos altos do PEBI, caracterizando um belvedere, com amplitude de 360°. O acesso ao local é feito pela BR 367, sendo que, em frente ao Campus da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), tem o acesso ao interior do PEBI. O percurso no interior do PEBI é de aproximadamente 5 km, em estrada não pavimentada e em estado de conservação razoável. O local possui acesso a rede elétrica, entretanto, não possui abastecimento de água. As coordenadas geográficas da Casa dos Ventos são 18°11'13.18"S e 43°35'57.28"O



Fig. 06: Localização da Casa dos Ventos no PEBI, em relação ao Campus da UFVJM. Em vermelho, o limite do PEBI.
Fonte: IEF, 2024



Fig. 07: Casa dos Ventos do PEBI. Fonte: IEF, 2024

Desta forma, a gestão do PEBI pretende reformar a Casa dos Ventos, tornando a edificação num ponto de apoio as atividades operacionais do Parque, transformando a mesma num ponto

estratégico de observação da Unidade de Conservação, que também será dotado de infraestrutura para eventual pernoite de funcionário no local.

O local, além do cômodo existente, que deverá ser requalificado num quarto com cama, dotado de pequena cozinha, e deverá ser ampliado, com a implantação de um banheiro seco (compostagem), conforme estudo preliminar abaixo. Devido a limitação do abastecimento hídrico no local, a edificação deverá ser dotada de rede hidráulica e reservatório, que será abastecido por caminhão pipa ou outro sistema alternativo a ser definido pela gestão da UC.

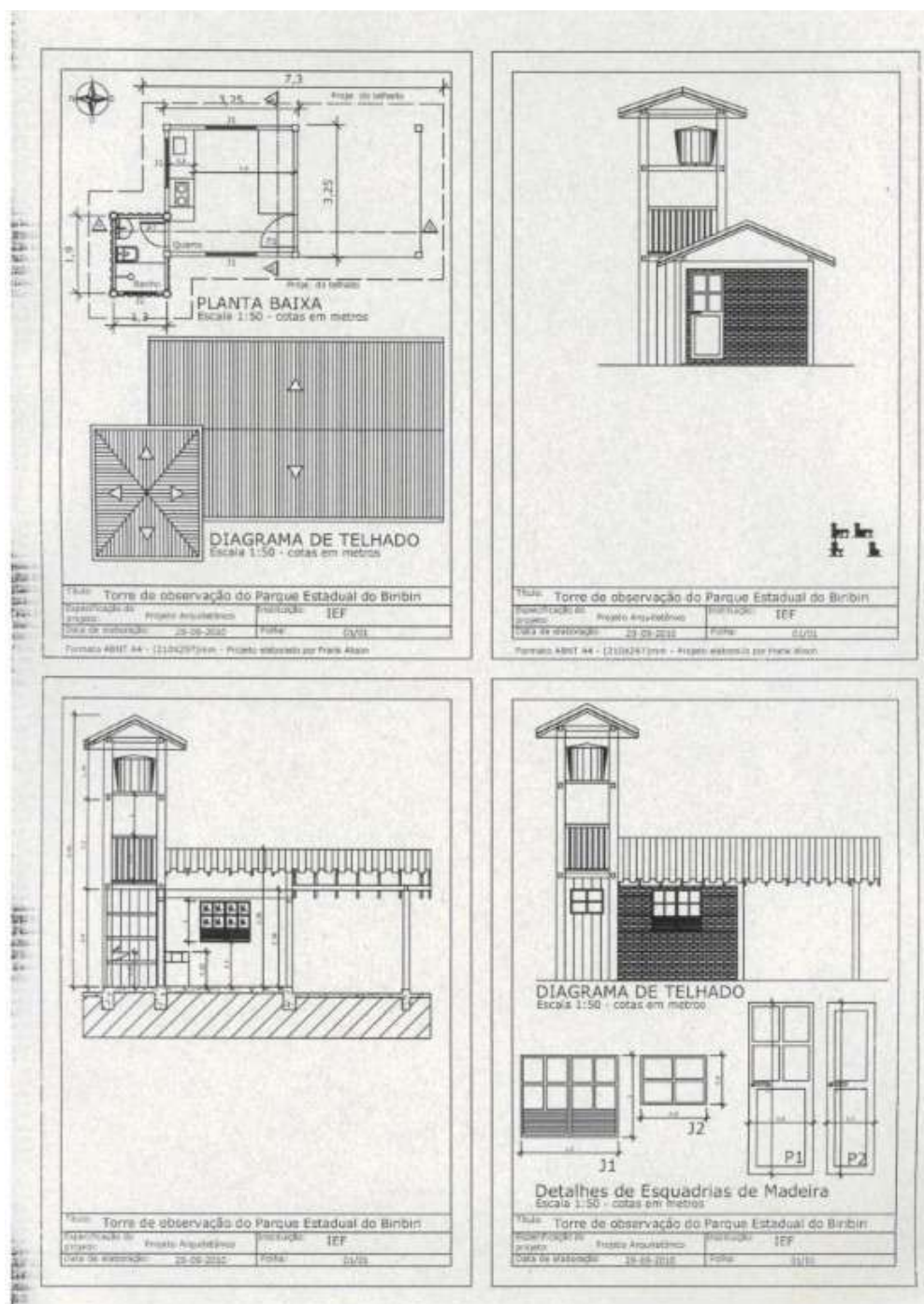


Fig. 08: Estudo Preliminar para reforma/ ampliação da Casa dos Ventos do PEBI. Fonte: IEF, 2024

Desta forma, conforme definido previamente pela Gerência da UC e pelo IEF/ MG, a reforma da **Casa dos Ventos** deverá conter:

- 01 Quarto/ Cozinha, com cama e bancadas em alvenaria;
- 01 Banheiro Tipo Seco (Compostagem);
- Varanda Externa;
- Estacionamento de Veículos (02 a 03 vagas);

Importante ressaltar que, ambas as regiões alvo das intervenções aqui listadas, estão em áreas devidamente regularizadas e em posse do Estado de Minas Gerais.

5. ESCOPO DE SERVIÇOS

Os serviços compreendem o fornecimento de pessoal técnico qualificado, bem como demais recursos necessários e especificados, para a execução dos serviços de Projetos de Arquitetura e Engenharia necessários para a construção da Portaria/ Ponto de Apoio Institucional e para a Reforma da casa dos Ventos do PEBI e fiscalização da obra.

Os Projetos de Arquitetura e Engenharia deverão contemplar intervenções que causem o mínimo impacto ambiental no interior da UC, tendo como principal pilar a adoção de técnicas construtivas de baixo impacto, vinculadas a métodos construtivos padronizados e construções modulares, a adoção de materiais atóxicos, passíveis de reciclagem e com menor geração de resíduos possíveis, além de abarcar o aproveitamento do material construtivo disponível (esteios de madeira), conforme citado acima. Tem-se também como premissa a adoção de atitudes projetuais e de desenho que primam pela acessibilidade, pela eficiência energética, sempre prezando pela ventilação e iluminação natural, pelo conforto termoacústico, pela adaptabilidade às características locais de clima e relevo, a funcionalidade do espaço como um todo, a alta durabilidade e fácil manutenção, relação equilibrada entre custo e benefício, segurança das edificações e a harmonia na composição das fachadas das edificações. Tais critérios serão especificados à frente.

Os serviços deverão ser executados em consonância com os normativos existentes, em conformidade com os critérios definidos nesta Especificação, de acordo com as normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como que devem seguir as legislações municipais, estaduais e/ou federais vigentes.

No que diz respeito às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a CONTRATADA deverá atentar-se, no mínimo, para a listagem abaixo, sempre em suas versões atualizadas, sendo:

- NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- NBR 16.280: Reforma em Edificações;
- NBR 16.636: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos;
- NBR 15.575: Edificações habitacionais – desempenho;
- NBR 6.492: Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos;
- NBR 5.410: Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- NBR 5.419: Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.

Os serviços deverão incluir a fiscalização da execução da obra, avaliando os materiais empregados, elaborando pareceres e fazendo medições de acordo com esta especificação e acompanhamento do processo de contratação da empresa que executará o serviço (análise técnica das documentações das empresas concorrentes).

Para encaminhamento da proposta comercial, a concorrente deverá realizar, previamente, visita técnica obrigatória ao local, acompanhada pelo Gestor da UC para total conhecimento das demandas, gerais e específicas, assim como do reconhecimento das condições locais, de modo a subsidiar a elaboração da proposta comercial. No ato da visita deverá ser lavrada um Atestado de Visita Técnica, assinado pelo Gestor da UC, que comprovará o comparecimento da concorrente. Este documento deverá ser anexado à proposta comercial.

5.1. Relação de Produtos e Projetos/ Serviços a serem elaborados

A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data estabelecida na assinatura do contrato, um Plano de Trabalho, contendo as seguintes informações:

- Plano de Trabalho, com cada uma das atividades de uso direto ou indireto dos serviços, assim como a metodologia proposta para controle, coordenação, articulação e integração dos trabalhos envolvidos no Projeto e cronograma proposto pela para a execução dos serviços, validado ou, caso necessário, apresentar proposta de revisão do cronograma, para aprovação pela UC beneficiária, mantendo o prazo final de execução dos serviços estabelecido no item 6 desta especificação.

Após aprovação do Plano de Trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar os produtos abaixo:

Produto 01: Serviços Preliminares

1. Relatório Técnico/ Fotográfico de Vistoria da Casa dos Ventos, inclusive laudo estrutural;
2. Levantamento Cadastral da Edificação Existente;
3. Levantamento Planialtimétrico;
4. Relatório de Sondagem.

Produto 02: Estudo Preliminar

1. Definição do Programa de Necessidades;
2. Estudo Preliminar de Arquitetura.

Produto 03: Anteprojeto

1. Anteprojeto de Arquitetura.
2. Anteprojeto de Estruturas;
3. Anteprojeto de Instalações Prediais;
4. Pré Orçamento (baseado no CUB/ m2).

ATENÇÃO: Os Produto 04A e 04B, que serão apresentados abaixo, deverão ser desenvolvidos de maneira concomitante.

Produto 04A: Projetos Legais:

1. Aprovação/ Regularização de projeto na Prefeitura Municipal, caso necessário;
2. Aprovação de Projeto no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais;
3. Aprovação de Projeto ou Anuência junto aos Órgãos Ambientais e Concessionárias.

Produto 04B: Projeto Executivo

1. Projeto Executivo de Arquitetura, inclusive Acessibilidade;
2. Projeto Executivo de Estrutura, inclusive fundações e Cobertura;
3. Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias, inclusive tratamento de águas cinzas e captação de água (se for o caso);
4. Projeto Executivo de Drenagem Pluvial;
5. Projeto Executivo de Instalações Elétricas, inclusive Entrada de Energia;
6. Projeto Executivo de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP);
7. Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado;
8. Projeto Executivo de Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica (SPDA);
9. Projeto Executivo de CFTV;
10. Projeto Executivo de Impermeabilização, seguindo as orientações da DAF-infra;
11. Projeto de Paisagismo;
12. Projeto de Terraplanagem;
13. Coordenação e Compatibilização dos Projetos Executivos elencados acima;
14. Planilha de Orçamentos, com base nas tabelas de referência do órgão estadual e/ou, quando necessário, as tabelas de referência SINAPI, acompanhada das Memórias de Cálculo dos Quantitativos, Memória de Cálculo para Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Mapa de Cotações; Caderno de Especificações Técnicas dos Materiais e Serviços/ Memorial Descritivo para todas as disciplinas acima;
15. Memória de Cálculo, para todas as disciplinas acima;
16. Relatório Técnico/ Manual para Uso, Operação e Manutenção das Edificações.
17. O projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), deverá ser elaborado com finalidade de obter o licenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), buscando a regularização da edificação junto ao CBMMG.
18. A edificação que será contemplada com a reestruturação e readequação às normas ao padrão INFOSCIP - Sistema de Informação do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico. Cujos trâmites burocráticos e financeiros em decorrência de aprovações nos respectivos órgãos deverão ser realizados pela CONTRATADA.

Produto 05: Fiscalização - Relatório do acompanhamento do processo de seleção de empresa habilitada para executar a obra.

O processo de seleção e contratação de empresa habilitada para executar a obra será conduzida pelo FUNBIO. Caberá à contratada participar das análises de propostas e apresentar o parecer/relatório sobre o atendimento da especificação e projetos da obra, além de tirar dúvidas técnicas das equipes que também acompanharão o processo.

Produto 06: Relatórios de visitas de fiscalização, pelo menos quinzenais ou quando solicitado pela equipe técnica do estado, conforme atividades e produtos a seguir (06A a 06O):

1. Acompanhar e fiscalizar o andamento das obras, garantindo o cumprimento do cronograma estabelecido.
2. Analisar e assegurar que os materiais utilizados estejam de acordo com as especificações técnicas do projeto.
3. Verificar a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas e de segurança.
4. Realizar inspeções periódicas estabelecidas neste documento, para identificar e corrigir possíveis desvios no processo construtivo.
5. Documentar o progresso da obra, incluindo fotos, relatórios e checklists de atividades concluídas, bem como aferir as medições.

Produto 06A: Relatório da 1ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06B: Relatório da 2ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06C: Relatório da 3ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06D: Relatório da 4ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06E: Relatório da 5ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06F: Relatório da 6ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06G: Relatório da 7ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06H: Relatório da 8ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06I: Relatório da 9ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06J: Relatório da 10ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06K: Relatório da 11ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06L: Relatório da 12ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06M: Relatório da 13ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06N: Relatório da 14ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06O: Relatório da entrega definitiva da obra, acompanhado da planilha de medição final e emissão do Termo Definitivo de Recebimento da Obra de requalificação de edificação.

Observação: Todos os relatórios referentes às visitas técnicas ou de fiscalização deverão conter registro fotográfico detalhado. Os relatórios de entrega definitiva deverão conter registros fotográficos do 'antes' e 'depois'.

5.2. Características dos Serviços a serem Executados:

Caracterização dos Serviços:

A CONTRATADA deverá realizar, previamente ao desenvolvimento dos projetos, vistorias técnicas observando as demandas específicas de cada disciplina de projeto. A primeira a ser realizada deve ser o Relatório Técnico/ Fotográfico de Vistoria tanto do terreno de implantação da Portaria/ Ponto de Apoio Institucional, quanto da Casa dos Ventos, visando o conhecimento do local e a avaliação sobre a infraestrutura física e das Instalações da edificação existente. Tal vistoria deverá ser complementada com as informações sobre as legislações de regularização urbana e ambiental, técnicas construtivas, Normas Técnicas aplicáveis, entre outros.

O Relatório deverá reunir e resumir as informações coletadas em visita, na pesquisa documental e as precedentes, de qualquer natureza, que possam influir na implantação do empreendimento. O Relatório deverá ser identificar, por meio de textos e imagens, problemas antigos e novos que possam ter surgidos. O Relatório deverá ser elaborado contendo formulários e planilhas, que indiquem os elementos cadastrados, correlacionando-os aos desenhos, fotos, coordenadas geográficas, bem como descrições e/ou observações complementares que se façam necessárias.

A CONTRATADA deverá elaborar, conforme a Norma Técnica NBR 13133, a execução do Levantamento Planialtimétrico, no que diz respeito ao local de implantação da Portaria/ Ponto de Apoio Institucional. Tal serviço está dispensado para a reforma da Casa dos Ventos.

A CONTRATADA deverá elaborar Relatório de Sondagem do Solo, conforme NBR 6484, no que diz respeito ao local de implantação da Portaria/ Ponto de Apoio Institucional. Tal serviço está dispensado para a reforma da Casa dos Ventos.

A CONTRATADA deverá elaborar, para a Casa dos Ventos, os desenhos de cadastro, tantos quanto forem necessários, de forma a permitir a clara leitura das edificações e instalações existentes para subsidiar a elaboração dos projetos executivos e suas respectivas aprovações.

A CONTRATADA deverá, após execução dos serviços preliminares, elaborar os projetos a serem desenvolvidos considerando as demais 04 (quatro) fases de elaboração: Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projeto Legal e Projeto Executivo, os quais devem ser analisados e aprovados por fiscal/ corpo técnico definido pelo Órgão Gestor da UC. Cada uma das fases aqui citadas deverá ser alvo de análise e aprovação pelo fiscal/ corpo técnico citado acima e a CONTRATADA somente poderá iniciar uma nova fase após aprovação formal da fase anterior.

O Estudo Preliminar e o Anteprojeto deverão ser aprovados pela Gestão, assim como pelo órgão estadual responsável pela UC e devidamente apresentados ao Conselho Consultivo da UC.

Após a aprovação do Estudo Preliminar e Anteprojeto citados no parágrafo acima, faz-se necessário desenvolver os Projetos Legais e aprová-los nos respectivos órgãos reguladores citados no item 5.1, com as devidas especificidades necessárias a cada órgão competente.

Os Projetos de Arquitetura e Complementares deverão prever as adequações necessárias para atendimento às Normas de Acessibilidade vigentes, garantindo o uso do espaço às pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

A CONTRATADA deverá especificar materiais e métodos construtivos, produtos e processos que atendam o desempenho mínimo estabelecido no layout proposto, com base nas normas e no

desempenho declarado pelos fabricantes dos produtos a serem empregados na fase de operação da edificação.

A preservação e a conservação da biodiversidade pretendida pela UC, e seu uso sustentável, exige não apenas que se mantenha a sua integridade física e simbólica, mas que também fenômenos lesivos a sua integridade sejam minimizados e controlados. Concomitantemente, o uso público da UC exige que sejam dadas destinações específicas que permitam contribuir para o desenvolvimento social em geral e, em particular, para o desenvolvimento das comunidades às quais eles estão diretamente associados. A relação entre salvaguarda e destinação, entre preservação/conservação e desenvolvimento, deve se dar, necessariamente, de forma sustentável e que garanta que a natureza seja entendida permanentemente como portadora de relevante significação e, assim sendo, ocupe um lugar de destaque no passado, presente e futuro, na memória, cotidiano e projetos de uma sociedade.

Para tal, dotar a UC de uma infraestrutura compatível e eficiente, que atenda aos usuários de maneira universal e que seja efetiva social e economicamente, permite, inclusive, afetar positivamente tais usuários, introjetando os conceitos de educação ambiental, de inclusão e de sustentabilidade que serão intrínsecas às intervenções.

Desta forma, traçamos a seguir as diretrizes de sustentabilidade a serem cumpridas pelas intervenções no interior da UC:

Tabela 01. Diretrizes de Sustentabilidade

Acessibilidade Universal	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar barreiras, nas áreas de circulação, nas edificações e nas redes de transportes e comunicação, que permitam o uso público da UC, com autonomia e segurança, à qualquer usuário; • Nas reformas adaptativas buscar soluções que permitam, dentro do possível, a acessibilidade universal; • Estabelecimento de Rotas Acessíveis; • Reservar vagas específicas aos Pessoa com Deficiência (PCD); • Melhoria da pavimentação das vias de circulação, eliminando barreiras; • Transportes Internos: modais acessíveis que permitam o deslocamento interno dos portadores de necessidades especiais; • Fazer da acessibilidade universal um meio de inclusão;
Fontes Limpas e Renováveis de Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Aquecimento de Água via coletores solares; • Geração elétrica por placas fotovoltaicas, principalmente em áreas remotas.
Uso Racional da Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Ventilação e Iluminação Natural; • Iluminação artificial de baixo consumo e com desligamento automatizado; • Ambientes em cores claras; • Atitudes Projetuais (Arquitetura) com adaptabilidade às características locais de clima e relevo; • Dimensionamento Eficiente da Rede;

Especificação nº 01/2024

Uso Racional Água	<ul style="list-style-type: none"> • Reuso de Águas Pluviais e das Águas Cinzas (pós-tratamento químico ou biológico, se possível) para irrigação, limpeza gerais, vasos sanitários; • Mecanismos de Regulação/ Economia de Uso de Água; • Utilização de bacias com caixa acoplada; • Arejadores de vazão para torneiras; • Mictórios automáticos com válvula de baixa vazão;
Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de Equipamento com Certificação de Eficiência Energéticas
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Preferência por fornecedores com certificado ambiental; • Preferência por fornecedores locais
Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> • Separar na origem (reciclável e não reciclável) e dar destinação final • Compostagem local de compostos orgânicos e posterior utilização do composto para fertilização de jardins;
Esgotamento Sanitário	<p>Deve-se dar especial atenção ao projeto de tratamento de efluentes, não contemplado de maneira satisfatória no Anteprojeto. Ressalta-se a necessidade de se adotar padrões de pureza compatíveis com a legislação pertinente, além de ser recomendável a adoção de sistemas demonstrativos de vanguarda, mesmo que parciais. Não serão admitidos descartes de efluentes nos cursos d'água (CONAMA nº 430/2011), devendo ser priorizados sistemas de reuso e/ou evapotranspiração e/ou valas de infiltração.</p> <p>Utilização, nas áreas urbanizadas, de Biodigestores Estanques pré-fabricados e sumidouro de infiltração ou, se for o caso, ligação na rede pública de esgoto.</p> <p>Utilização, nas áreas remota (Casa do Ventos), de Banheiros Secos (Compostagem dos resíduos) e posterior utilização do composto para fertilização da vegetação;</p> <p>Utilização, nas áreas remotas (Casa do Ventos), de filtros (areia e brita) e tratamento biológico, com tanques estanques, para posterior infiltração no solo, através de sumidouros, das águas cinzas (lavatórios, cozinha, tanques);</p>
Supressão Vegetal	<ul style="list-style-type: none"> • As áreas para implantação de novas estruturas, edificadas ou áreas urbanizadas, deverão abarcar zonas já antropizadas ou descampadas, visando a minimização dos impactos relativos à supressão vegetal nativa ou em recuperação.

Todas as obras e intervenções indicadas neste caderno deverão orientar-se por materiais com alto padrão de eficiência e sustentabilidade, assim como obras rápidas, limpas e organizadas, promovendo o mínimo impacto quando de sua inserção.

Além da escolha por intervenções e materiais sustentáveis, a infraestrutura proposta para a UC abará, conforme indicado, os princípios claros da acessibilidade universal, o acondicionamento e destinação correta dos resíduos sólidos (lixo e resíduos de obras), além de um sistema ecologicamente eficiente, e tecnicamente viável, de acordo com as características locais, para condução, tratamento e destinação do esgotamento sanitário.

Assim, apresentamos a seguir os requisitos mínimos para as intervenções propostas:

Tabela 02. Diretrizes para as Edificações

Especificação nº 01/2024

Pé direito áreas de permanência	2,80 m
Pé direito para área de não permanência	2,50 m
Dimensão Mínima para ambientes de permanência	6 m2
Quantidade mínima de sanitários	1 para cada 30 usuários
Iluminação	200 lux geral 500 lux áreas de trabalho
Desníveis	NBR 9050/ 2020
Portas Acessíveis	NBR 9050/ 2020
Portas Comuns	80 cm
Ventilação e Iluminação	Área mínima de 0,60 m2 ou 10% da área do cômodo*
Forros	Material não-combustível e entreferro de 15 cm
Pisos Molhados	Porcelanato ou Cimentício, PEI 5, absorção de água <=20%, claro
Paredes Molhadas	Porcelanato ou Cimentício, PEI 3, absorção de água <=20%, claro
Pisos Externos	Cimentícios, permeáveis e antiderrapante
Paredes	Rebocadas e Pintadas com tinta acrílica ou revestimento pré-fabricado
Coberturas	Eficiência Termo-Acústica;
Instalações Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensionamento e Instalação de Redes Elétricas, Hidrossanitários e de Drenagem Eficientes; • Instalações e Equipamentos de Prevenção e Combate ao Incêndio, com aprovação do Corpo de Bombeiros (AVCB); • Dimensionamento e Instalação de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA); • Dimensionamento e Instalação de Rede de Lógica Integrada; • Dimensionamento e Instalação de Rede de Comunicação; • Dimensionamento e Instalação de Rede de Segurança e CFTV
Iluminação	O projeto de iluminação artificial deve ter como diretriz a necessidade de se evitar qualquer emissão de luz desnecessária para dentro da área de uso mais controlada da UC, dada a priorização da conservação da biodiversidade (exemplos e alternativas: iluminação direcionada para fora da UC, iluminação com foco, redução da altura dos postes etc) e deve incluir a iluminação dos pórticos e fachadas das edificações, se for o caso.

Recomendação Geral	As construções deverão ser adaptadas as mudanças climáticas (regime pluviométrico severo, captação, armazenamento e reuso de água pluviais, resistência à vendavais, etc)
--------------------	---

A especificação de materiais para as obras de intervenção deverá prezar pela sustentabilidade, que minimize o impacto ambiental no interior da UC, e na sua cadeia de produção, sendo indicado a busca dos materiais certificados. Para além, as especificações deverão obedecer a critérios técnicos e as normas vigentes. A especificação e utilização/ contato com materiais perigosos deverá ser eliminado ou severamente mitigado.

Recomenda-se também que a escolha dos materiais e paleta de cores para a intervenção, tenha integração estética com a ambiência edificada já existente na UC, buscando-se harmonia e integração entre as edificações.

No que tange às edificações novas, as intervenções deverão prezar pela autenticidade e pela sua inserção temporal, tendo como pressuposto a adoção de técnicas construtivas modernas e sustentáveis, modulares e de fácil reprodução.

Faz parte do escopo também, a elaboração de Planilha Orçamentária (incluindo curva ABC) contemplando todos os serviços e adequações necessários para execução da obra das novas edificações acompanhada das Memórias de Cálculo e Levantamento dos Quantitativos de todas as disciplinas, por prancha, e Mapas de Cotação, conforme modelo disponibilizado.

A documentação gráfica da planilha orçamentária deverá ser apresentada em formato XLSX, conforme o modelo que compõe os documentos padrão anexo ao Edital, tendo como referência de preços a Tabela de Referência disponibilizada pelo órgão estadual e/ou Tabela do SINAPI. Para os itens que não estão constantes nas tabelas acima, deverá ser criada composição de custo unitário, com no mínimo 3 (três) cotações específicas, bem como apresentar mapa de coleta de preço, contendo a descrição completa da especificação técnica, definição da unidade e quantitativo levantado, acompanhado dos três orçamentos, em papel timbrado do fornecedor, devidamente assinado. Junto à Planilha Orçamentária deverá ser apresentada também, a CURVA ABC.

Destaca-se ainda que deverão ser elaboradas 03 Planilhas Orçamentárias distintas e independentes, objetivando o orçamento de cada um dos projetos propostos, sendo:

- Planilha A: Portaria/ Ponto de Apoio Institucional;
- Planilha B: Anexo Portaria;
- Planilha C: Reforma Casa dos Ventos.

Todos os Projetos e Serviços listados acima, incluindo a fiscalização da execução da obra, deverão ser acompanhados do respectivo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU BR ou da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA do estado, pelos do Responsáveis Técnicos.

6. RESULTADOS, PRODUTOS ESPERADOS E CRONOGRAMA

A empresa deverá cumprir as atividades listadas acima, apresentando como resultado os produtos especificados no item 5.1, conforme cronograma abaixo:

Tabela 03: Cronograma Físico/ Financeiro

Nº Produto	Descrição	Prazo de Entrega (dias corridos a partir da assinatura do contrato)	Prazo de avaliação do Produto pelo fiscal/ corpo técnico definido pela Gestão da UC (dias corridos)	Prazo de atendimento das revisões apontadas pelo fiscal/ corpo técnico definido pela Gestão da UC e entrega final do Produto (dias corridos)	% valor contrato a ser medido
---	Plano de Trabalho	10	07	07	---
Produto 01	Serviços Preliminares	30	07	07	5%
Produto 02	Estudo Preliminar	64	07	07	5%
Produto 03	Anteprojeto	98	07	07	10%
Produto 04A	Projetos Legais	142	07	07	15%
Produto 04B	Projetos Executivos	186	07	07	20%
Produto 05	Relatório do acompanhamento do processo de seleção	230	05	05	5%
Produto 06A	Relatório da 1ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	270	07	07	2,5%
Produto 06B	Relatório da 2ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	285	07	07	2,5%
Produto 06C	Relatório da 3ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	300	07	07	2,5%
Produto 06D	Relatório da 4ª visita de fiscalização, acompanhado da	315	07	07	2,5%

Especificação nº 01/2024

	planilha de medição				
Produto 06E	Relatório da 5ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	330	07	07	2,5%
Produto 06F	Relatório da 6ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	345	07	07	2,5%
Produto 06G	Relatório da 7ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	360	07	07	2,5%
Produto 06H	Relatório da 8ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	375	07	07	2,5%
Produto 06I	Relatório da 9ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	390	07	07	2,5%
Produto 06J	Relatório da 10ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	405	07	07	2,5%
Produto 06K	Relatório da 11ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	420	07	07	2,5%
Produto 06L	Relatório da 12ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	435	07	07	2,5%

Especificação nº 01/2024

Produto 06M	Relatório da 13ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	435	07	07	2,5%
Produto 06N	Relatório da 14ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	435	07	07	2,5%
Produto 06O	Relatório final de fiscalização, acompanhado do Termo Definitivo de Recebimento da Obra	450	07	07	5%

O prazo total para execução do Plano de Trabalho e Produtos 01 a 06O será de 450 dias, a partir da assinatura do contrato.

O contrato deverá ter vigência de 660 dias.

7. EQUIPE TÉCNICA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA

7.1. Equipe Técnica

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica adequada para execução dos serviços para a execução dos serviços e compatível com o objeto desta especificação, que deverá conter pelo menos:

- 01 (um) Arquiteto Coordenador-Geral de Projetos com experiência em coordenação e/ou supervisão e/ou gerenciamento de projetos em **Unidades de Conservação e/ou com porte semelhante ao objeto da especificação;**
- 01 (um) Arquiteto com experiência comprovada em Projetos de edificações/acessibilidade e paisagismo **com porte semelhante ao objeto da especificação;**
- 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro, com experiência em Projetos Hidrossanitários, impermeabilização e Drenagem pluvial **com porte semelhante ao objeto da especificação;**
- 01 (um) Engenheiro Eletricista, com experiência comprovada em Projetos Elétricos, Cabeamento, SPDA **com porte semelhante ao objeto da especificação;**
- 01 (um) Engenheiro Civil, com experiência em Projetos Estruturais e Cálculos Em Estruturas e Projetos de Cobertura **com porte semelhante ao objeto da especificação;**
- 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro, com experiência em Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico **com porte semelhante ao objeto da especificação;**

- 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro, com experiência em elaboração de planilha orçamentária **com porte semelhante ao objeto da especificação**.

A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da concorrência, Relação da Equipe Técnica acima, acompanhada de declaração da concorrente no sentido de que, sagrando-se vencedora do certame, irá compor a equipe técnica obedecendo às exigências aqui estabelecidas.

O Coordenador-Geral de Projetos poderá acumular outras funções, além de ser o Responsável Técnico pela pessoa jurídica a ser CONTRATADA.

O(A) profissional da fiscalização a ser contratado(a) para acompanhamento e análise de documentos do processo seletivo da empresa que construirá a obra e fiscalização da execução da obra, de acordo com os projetos, deverá ser engenheiro civil.

Os demais membros da Equipe Técnica poderão acumular habilidades nas várias disciplinas exigidas acima, desde que tais habilidades sejam comprovadas por meio da Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pela entidade competente, conforme especificações abaixo.

Os membros da Equipe Técnica relacionados deverão demonstrar vínculo com a pessoa jurídica a ser CONTRATADA, sendo o vínculo demonstrado através de:

- Na situação de sócio, a comprovação será realizada mediante cópia do contrato social. Na situação de empregado, a comprovação de seu vínculo será feita através de ficha ou de livro de registro de empregado ou de contrato de trabalho.
- Nos demais casos será suficiente à prova da existência de contrato de prestação de serviço regido pela legislação cível comum.

7.2. Capacitação Técnica

Para fins de comprovação da qualificação técnica e experiência dos membros da equipe técnica, a empresa concorrente deverá apresentar, no ato da concorrência, a Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), para cada um dos membros da equipe, com especificação técnica compatível com o objeto da concorrência (característica da edificação e área construída).

A pessoa jurídica, e os membros equipe técnica, deverão apresentar Registro e Certidão de regularidade junto ao CAU e/ou CREA.

A pessoa jurídica, e os membros equipe técnica, deverão apresentar currículo de até 3 (três) páginas. A FISCALIZAÇÃO, a qualquer tempo, poderá requerer, por meio de correspondência fundamentada, a substituição de membros da equipe que, a seu juízo, não estejam correspondendo aos princípios de eficiência e de qualidade exigidos para a execução dos serviços.

8. PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES

As atividades serão balizadas por meio de reuniões integradas entre a gestão da UC beneficiária e a CONTRATADA.

As reuniões serão realizadas periodicamente em data pré-fixada, e sempre que a FISCALIZAÇÃO do contrato julgar necessário, devendo ser registradas em atas, que deverão ser enviadas às partes interessadas.

No ato da assinatura do contrato será agendada a primeira reunião de coordenação, com a gestão da UC beneficiária e a Equipe Técnica da CONTRATADA, juntamente, com o fiscal de contrato designado para tal. A reunião terá o intuito de esclarecer possíveis dúvidas referentes à execução dos serviços contratados, e terá como objetivos:

- Apresentação do gestor da UC Beneficiária e da Equipe Técnica responsável pelo desenvolvimento dos serviços contratados.
- Nivelamento das informações entre toda a equipe técnica envolvida.
- Transmissão, pela equipe da UC beneficiária, dos procedimentos de gestão do Contrato, das instruções iniciais e das diretrizes para a elaboração dos projetos e planilha orçamentária.
- Esclarecimentos Gerais.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Todos os documentos deverão ser produzidos com o uso de Programas de Informática e gravados em Meio Magnético e disponibilizados através da internet, de modo tal que seja possível sua leitura e modificação através dos Programas de Informática da UC beneficiária:

- Para a edição de textos o Programa Padrão é o “Word” (para ambiente “Windows”, da Microsoft). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “doc ou docx”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- Para a edição de planilhas o Programa Padrão é o “Excel”, da Microsoft (para ambiente “Windows”, da Microsoft). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “xls ouxlsx”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- Para apresentações multimídias os programas padrões são: o “Power Point”, da Microsoft. Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “ppt ou pptx”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- Para a produção de desenhos (CAD) o Programa Padrão é “AutoCAD”, versão 2012 ou inferior. Independentemente do Sistema utilizado para execução dos desenhos, deverão ser fornecidos, em todas as etapas, os Arquivos Eletrônicos nas versões “dwg” e “dxf”, além dos arquivos em “pdf”. Deverão ser indicadas, em cada desenho, as configurações adotadas (penas, textos, etc.);
- Preferencialmente, os Projetos Executivos deverão ser entregues em formato A1 ou A1+.
- Para a produção de Planilha de Orçamentos de Obras e Serviços de Engenharia, poderá ser usado qualquer programa de orçamentação de obras e serviços de engenharia que atenda a especificação, contudo deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos em planilha eletrônica padrão “Excel”, além dos arquivos em “pdf”;
- Para o Planejamento de Atividades, o Programa Padrão é o “MS-Project”, da Microsoft (para ambiente “Windows”, da Microsoft).

- Para a Comunicação Visual, os produtos devem ser entregues também em arquivos editáveis compatíveis com o programa Corel Draw 12.
- Para as Perspectivas Humanizadas, deverão ser utilizados programas de renderização de projetos (ArchiCad, SketchUp etc), e fornecidas imagens no formato “jpg” em alta resolução (300 dpi), com tamanho de referência de 3 metros x 2 metros e no padrão de cores CMYK. Os vídeos de ilustração das fases de Estudo Preliminar e Anteprojeto devem ter formato mp4 e resolução mínima Full HD (1920 pixels por 1080 pixels);
- Cada Produto deverá ser apresentado em cadernos individuais, organizados com índices, conforme modelo organizacionais a serem fornecidos pela CONTRATANTE.

Todos os produtos finais deverão ser entregues à gestão da UC beneficiária, por e-mail ou arquivo em nuvem, a ser especificado pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá emitir e entregar o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT – CAU) e/ou a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART – CREA) junto ao conselho responsável de todos os produtos contratados.

O projeto e seus produtos relacionados devem ser fornecidos em escalas, padrões e legendas compatíveis com as Normas Técnicas (ABNT) e as legislações federal, estadual e municipal e de acordo com as exigências dos órgãos licenciadores.

10. DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

A fiscalização do Contrato é competência e responsabilidade da CONTRATANTE, e consiste em supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, exigindo da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, segundo procedimentos definidos nesta especificação e no Contrato, e em conformidade com as especificações, normas técnicas e legislação pertinente.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por Servidor(es) alocados na UC beneficiária, formalmente designado(s) para tal, permitida a contratação de terceiros, empresa de Consultoria, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição caso os mesmos não sejam habilitados para tal atividade.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR DA UC

Compete ao órgão gestor da UC:

- Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar o seu trabalho de acordo com as normas pactuadas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços através de servidores especialmente designados e habilitados para tal;
- Acompanhar o cronograma físico-financeiro e informar à CONTRATADA as divergências observadas em relação à execução dos Serviços;
- Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições;
- Paralisar e/ou solicitar que seja refeito qualquer serviço que não seja executado em conformidade com norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do Contrato;

- Exigir da CONTRATADA a substituição dos profissionais, caso seja constatada a sua inadequação para conduzir os serviços conforme especificado, ou exigir maior número de profissionais para recuperar atrasos de cronograma;
- Verificar e aprovar os Projetos;
- Reportar a CONTRATANTE toda e qualquer anormalidade durante a execução dos serviços pela CONTRATADA;
- Emitir o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) dos serviços, nas datas previstas.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA adotar as providências a seguir relacionadas, para a adequada execução dos Serviços:

- Emitir, num prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, as ARTs e RRTs relativas aos serviços contratados. As taxas e emolumentos relativos à emissão das ARTs e RRTs deverão ser pagas pela contratada, sem ônus à contratante. Num prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato as ARTs e RRTs deverão ser apresentadas e entregues à FISCALIZAÇÃO.
- Iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da assinatura do contrato dos serviços;
- Permitir e facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO estabelecida;
- Acatar toda orientação técnica advinda da FISCALIZAÇÃO com relação aos serviços, desde que estas não impactem em mudança significativas no contrato ou projeto;
- Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às disposições da especificação e do Contrato, às Normas Técnicas aplicáveis, às Especificações Técnicas, às Planilhas de Quantitativos e Preços, além das instruções oriundas da FISCALIZAÇÃO;
- Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo de seleção, em especial a equipe de técnicos, indicada para fins de capacitação técnica profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo CONTRATANTE
- Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, civis, previdenciários e trabalhistas, decorrentes da execução do Contrato.
- Responsabilizar-se pelo pagamento dos custos referentes à logística (deslocamento, hospedagem, alimentação, equipamentos, etc) decorrentes da execução do Contrato.
- Ser responsável civil pelos serviços e manter a frente dos trabalhos o(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) na seleção, que deverá ter todo poder para representá-la junto ao CONTRATANTE.
- Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade dos serviços que executar, respondendo pela exatidão dos estudos, cálculos e dos projetos.
- Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para retirar ou substituir qualquer funcionário, cujo trabalho não estejam atendendo a contento e tecnicamente às suas solicitações.
- Providenciar as aprovações e registros específicos junto aos órgãos competentes, municipais, estaduais e/ou federais, tais como, Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, Concessionárias de Serviços Públicos, Patrimônio Histórico, conforme o

caso. As Taxas e Emolumentos necessários para a aprovação serão por conta da CONTRATADANTE;

- Comunicar à FISCALIZAÇÃO e ao CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer atos, circunstâncias ou anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.
- Encaminhar ao gestor da UC beneficiária e ao CONTRATANTE, quando identificada a necessidade da prorrogação do prazo de execução dos serviços, solicitação de aditivo ao Contrato, até 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes do seu vencimento, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes que a justifiquem, acompanhado do Cronograma Físico-Financeiro adequado ao novo prazo proposto, para análise e aprovação.
- Encaminhar ao gestor da UC beneficiária e ao CONTRATANTE, no caso da verificação no decorrer dos serviços da necessidade de acréscimo de serviços ou serviços não previstos no Contrato, solicitação de aditivo de valor ao Contrato, até 10 (dez) dias corridos após a sua constatação, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes, para análise e aprovação.
- Após o exame e aprovação das justificativas apresentadas e acerto da planilha, a CONTRATADA deverá entregar ao gestor da UC beneficiária e à FISCALIZAÇÃO o novo Cronograma Físico-financeiro adequado às alterações propostas, visando à formalização do aditivo.
- Manter seus empregados, quando nas dependências da UC beneficiária, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual deverá constar, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e sua fotografia.
- Informar formalmente aos seus empregados as premissas de trabalhos dentro de Unidade de Conservação como proibição de pesca, caça de animais, limpeza, princípios éticos ambientais, etc...
- Os atrasos no cumprimento do cronograma de elaboração dos serviços não justificados ou com justificativas não aceitas pela gestão da UC e reportados ao CONTRATANTE serão punidos com a aplicação de multas e/ou outras penalidades previstas no contrato.
- Caso seja necessário, quando da conclusão dos Projetos, deverá ser emitida nova Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU , referenciando os dados definitivos dos projetos.
- Adotar protocolos de segurança sanitária, sobretudo quanto à disseminação do COVID e quanto aos grupos de risco, como as gestantes;

Para além das obrigações cima, a CONTRATANTE exigirá que a CONTRATADA cumpra ainda as solicitações abaixo:

- Em caso de serviços com furação de solo/ movimentação de terra (exemplo: sondagem), prever protocolo para ACHADOS FORTUITOS;
- Promover Ambiente de trabalho deve ser livre de assédio moral e sexual;
- Promover Ambiente de trabalho deve ser livre de preconceito contra minorias;
- Fiscalizar que a Carga horária legalmente estabelecida deve ser respeitada;
- Promover Pagamento equivalente para homens e mulheres;

- Desenvolver treinamento para que a equipe de campo seja capacitada sobre assédio e gênero;
- Proibir Trabalho Infantil;
- Promover canais de denúncias (Grievance) relativas à assédios sexuais, morais e discriminação contra minorias no ambiente de trabalho (ex.: livro de reclamações, ouvidoria, etc);
- Apoiar e divulgar os canais de denúncias (Grievance).

13. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

Todos os produtos/ serviços deverão ser entregues, constando a quantidade e formato da prancha e/ou cadernos, com o nome do arquivo, a especificação do projeto/documento e sua descrição.

Os pagamentos, conforme especificado no item 6, serão de acordo com a conclusão/ aprovação de cada um dos produtos que fazem parte desta especificação, que deverão estar devidamente aprovados pelo fiscal/ corpo técnico definido pelo órgão gestor da UC. Após recebimento e aprovação dos produtos o órgão gestor da UC deverá emitir Termo de Recebimento e Aceite no sistema Cérebro e encaminhar os produtos aprovados para a CONTRATANTE.

Após tramites acima, será autorizado a emissão da Nota Fiscal pela CONTRATADA. Após recebimento da Nota Fiscal, a CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis.

14. DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais das soluções apresentadas nos projetos elaborados, suas especificações técnicas, toda documentação produzida e congêneres e todos os demais produtos gerados na execução do contrato, são de propriedade da CONTRATANTE. Fica proibida a sua utilização pela CONTRATADA, sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Da confidencialidade e propriedade intelectual:

A CONTRATADA não poderá revelar a qualquer pessoa, governo e/ou a outra entidade externa à CONTRATANTE quaisquer informações gerais e/ou particulares reservadas à CONTRATANTE, relativo aos serviços objetos do contrato;

Esta obrigação de confidencialidade permanece vigente mesmo após o término do Contrato firmado.

15. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica de todos os produtos entregues é da CONTRATADA, mesmo após o término do contrato. Cabendo à mesma esclarecer e ajustar o projeto no caso de haver esta obrigatoriedade por parte dos órgãos licenciadores da CONTRATANTE ou quaisquer outras obrigatoriedades que recaia sobre o projeto, a qualquer tempo.

A análise e aprovação dos produtos entregues pela CONTRATADA para execução do serviço a que se refere esta especificação são de responsabilidade da gestão da UC beneficiária, que terão pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços desta especificação.

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTO

A CONTRATADA deverá realizar, previamente ao desenvolvimento dos projetos, vistorias técnicas observando as demandas específicas de cada disciplina de projeto. A primeira a ser realizada deve ser o Relatório Técnico/ Fotográfico de Vistoria tanto do terreno de implantação da Portaria/ Ponto de Apoio Institucional, quanto da Casa dos Ventos, visando o conhecimento do local e a avaliação sobre a infraestrutura física e das Instalações da edificação existente. Tal vistoria deverá ser complementada com as informações sobre as legislações de regularização urbana e ambiental, técnicas construtivas, Normas Técnicas aplicáveis, entre outros.

Deverá ser emitido o Relatório Técnico/ Fotográfico deverá conter, contendo:

- Avaliação do local e seus condicionantes físicos – topografia, vegetação, insolação, elementos construídos etc.;
- Avaliação do entorno – vias de acesso, construções existentes, clima etc;
- Caracterização da infraestrutura urbana, serviços públicos tais como rede de água, esgoto, energia elétrica, rede telefônica, pavimentação;
- Avaliação das instalações e condições físicas do edifício existente.
- Alerta sobre eventuais restrições legais não verificadas, listados todos os itens de legislação pertinentes abordados na atividade.

O Relatório deverá reunir e resumir as informações coletadas em visita, na pesquisa documental e as precedentes, de qualquer natureza, que possam influir na implantação do empreendimento. O Relatório deverá ser identificar, por meio de textos e imagens, problemas antigos e novos que possam ter surgidos. O Relatório deverá ser elaborado contendo formulários e planilhas, que indiquem os elementos cadastrados, correlacionando-os aos desenhos, fotos, coordenadas geográficas, bem como descrições e/ou observações complementares que se façam necessárias.

Para tanto a vistoria deverá identificar todos os itens descritos abaixo:

- Deverá ser avaliado o estado de conservação e a capacidade da estrutura existente, sendo necessário emitir um laudo, com a devida ART/ RRT, que justifique a execução, ou não execução, de reforço estrutural.
- Reconhecimento das Instalações físicas do edifício. Deverá ser avaliado o estado de conservação de revestimentos (pisos, paredes, teto, rodapés, escadas etc.), marquises, esquadrias, mobiliários, bancadas, prateleiras, louças, metais, acessórios, cobertura (telhas, calhas, rufos etc.), corrimão, guarda-corpo, gradil, divisórias, placas de sinalização e informações, grades, películas e demais itens relevantes que deverão ser cadastrados.
- Deverá ser avaliado o acesso, fluxos, layout, acessos e acessibilidade universal, em toda edificação.
- Reconhecimento das Instalações Elétricas, Cabeamento Estruturado, CFTV, Sonorização e SPDA.
- Reconhecimento das instalações Hidrosanitárias com a identificação dos diversos conjuntos de instalações que fazem parte do sistema hidrossanitário e drenagem pluvial.

A CONTRATADA deverá elaborar os desenhos de cadastro, tantos quanto forem necessários, de forma a permitir a clara leitura das edificações e instalações existentes para subsidiar a elaboração dos projetos executivos e suas respectivas aprovações.

Os desenhos de cadastro fazem parte da documentação técnica alvo desta contratação e deverão ser representados por meio de plantas, cortes, elevações, detalhamentos incluindo os diversos elementos que compõem as edificações e entorno, conforme previsto nas normas técnicas pertinentes.

As plantas de cadastro devem representar o levantamento de todas as instalações, no caso da rede elétrica: a distribuição dos circuitos; a demanda de energia; os elementos que compõem as instalações – quadros, entrada de energia, tomadas, eletrodutos e etc.; a quantidade; a potência e a localização de pontos de alimentação. No caso da rede Hidrossanitária deverão ser apresentados desenhos técnicos que representem todo o posicionamento, as medidas de tubulações e as ramificações, seja de água fria, esgoto ou de drenagem. Nos Sistemas de proteção e combate a incêndio e ar condicionado deverão ser locados todas as instalações, centrais, equipamentos e sinalização.

A CONTRATADA deverá elaborar, conforme a Norma Técnica NBR 13133, a execução do Levantamento Planialtimétrico na forma a seguir: os levantamentos planimétricos e altimétrico serão representados conjuntamente num mesmo desenho. A escala adotada deve ser compatível com as dimensões do terreno e o formato empregado, podendo ser 1:100, 1:200 ou 1:500. O desenho das seções transversais e longitudinais do terreno coincidirão com as linhas básicas. A escala será a mesma da planta do levantamento. Na representação gráfica do levantamento deverá constar, também, a locação de elementos significativos existentes na área e os seguintes dados:

- Norte verdadeiro;
- Ventos dominantes;
- Curvas de nível traçadas de metro em metro;
- Edificações, caracterizando o seu tipo de construção, a sua área de projeção, o número de pavimentos, o seu perímetro e a cota altimétrica das soleiras externas;
- Construções diversas como muros, cercas, torres de alta tensão, etc;
- Nomes dos proprietários dos imóveis confrontantes;
- Nomes dos logradouros públicos adjacentes ao terreno com indicação de sua largura e dos passeios e tipo de pavimentação;
- Redes de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, energia elétrica e telefone, com seus respectivos elementos como postes, canalizações, bueiros, caixas de passagem, poços de visita, tubulações, etc., seus alinhamentos cotados e suas profundidades.

A CONTRATADA deverá elaborar Relatório de Sondagem com planta de locação de furos, memorial descritivo das características do solo e perfil geológico do terreno

PRODUTO 02: ESTUDO PRELIMINAR

Estudo Preliminar de Arquitetura, composto por:

- Programa de Necessidades, discutido e aprovado pela UC beneficiária e demais órgãos envolvidos;
- Planta de Situação, em escala compatível;
- Implantação, em escala compatível;
- Plantas Gerais Esquemáticas, em escala compatível;
- Planta de Cobertura, em escala compatível;
- Seções Verticais Esquemáticas, em escala compatível;
- Elevações das Fachadas Esquemáticas, em escala compatível;
- Estudos Volumétricos Tridimensionais;
- Memorial Descritivo.

PRODUTO 03: ANTEPROJETO

Anteprojeto de Arquitetura, Estruturas e Instalações Prediais, composto por:

- Planta de Situação, em escala compatível;
- Implantação cotada, em escala compatível;
- Plantas Gerais cotadas e com layout, em escala compatível;
- Seções Verticais cotadas, em escala compatível;
- Elevações das Fachadas cotadas, em escala compatível;
- Proposta de Sistema Estrutural, com pré-dimensionamento e pré-lançamento das estruturas;
- Proposta de Instalações Prediais com lançamento de alimentação de água e energia, prumadas gerais, esgotamento sanitário (conceito de tratamento proposto) e sistema de drenagem;
- Estudos Volumétricos Tridimensionais;
- Memorial Descritivo com Pré Orçamento de Obra (ref. CUB/ m2).

PRODUTO 04A: PROJETOS LEGAIS:

Os projetos legais deverão ser dotados das informações necessárias à aprovação pelos órgãos competentes, constando no mínimo de:

- Planta de Localização, em escala compatível;
- 01 Seção longitudinal do terreno natural e 01 Seção transversal do terreno natural, em escala compatível;
- Implantação, em escala compatível;
- Planta de cada Pavimento, em escala compatível;
- Planta de Cobertura, em escala compatível;
- 01 Corte longitudinal e 01 Corte transversal, em escala compatível;
- Elevações das Fachadas, em escala compatível;
- Elevação do Gradil, em escala compatível;
- Memorial Descritivo;
- Memória de cálculo.

PRODUTO 04B: PROJETO EXECUTIVO

Os Projetos Executivos de Arquitetura e Engenharia deverão conter todo conjunto de informações técnicas necessárias (gerais e detalhamento), em quantos formatos forem necessários, para a completa compreensão da edificação e execução das obras, conforme as NBRs vigentes e especificações desta especificação, abrangendo as seguintes disciplinas:

- Projeto Executivo de Arquitetura, inclusive Acessibilidade;
- Projeto Executivo de Estrutura, inclusive fundações e cobertura;
- Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias, inclusive tratamento de águas cinza e captação de água (se for o caso);
- Projeto Executivo de Drenagem Pluvial;
- Projeto Executivo de Instalações Elétricas, inclusive Entrada de Energia;
- Projeto Executivo de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP);
- Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado;
- Projeto Executivo de Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica (SPDA);
- Projeto Executivo de Impermeabilização;
- Projeto de Paisagismo;
- Projeto de Terraplanagem;
- Coordenação e Compatibilização dos Projetos Executivos elencados acima;
- Planilha de Orçamentos, com base nas tabelas de referência do órgão estadual e/ou, quando necessário, as tabelas de referência SINAPI, acompanhada das Memórias de Cálculo dos Quantitativos, Memória de Cálculo para Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Mapa de Cotações; Caderno de Especificações Técnicas dos Materiais e Serviços/ Memorial Descritivo para todas as disciplinas acima;
- Caderno de Especificações Técnicas dos Materiais e Serviços/ Memorial Descritivo para todas as disciplinas acima;
- Memória de Cálculo, para todas as disciplinas acima;
- Relatório Técnico/ Manual para Uso, Operação e Manutenção das Edificações.

PRODUTO 05: Fiscalização - Relatório do acompanhamento do processo de seleção de empresa habilitada para executar a obra.

O processo de seleção e contratação de empresa habilitada para executar a obra será conduzida pelo FUNBIO. Caberá a contratante participar das análises de propostas e apresentar o parecer/relatório sobre o atendimento da especificação e projetos da obra, além de tirar dúvidas técnicas das equipes que também acompanharão o processo.

Produto 06A: Relatório da 1ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06B: Relatório da 2ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06C: Relatório da 3ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06D: Relatório da 4ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06E: Relatório da 5ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06F: Relatório da 6ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 06G: Relatório da 7ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;
Produto 06H: Relatório da 8ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;
Produto 06I: Relatório da 9ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;
Produto 06J: Relatório da 10ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;
Produto 06K: Relatório da 11ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;
Produto 06L: Relatório da 12ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;
Produto 06M: Relatório da 13ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;
Produto 06N: Relatório da 14ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;
Produto 06O: Relatório da entrega definitiva da obra, acompanhado da planilha de medição final e emissão do Termo Definitivo de Recebimento da Obra de requalificação de edificação.

Todos os relatórios referentes às visitas técnicas ou de fiscalização deverão conter registro fotográfico detalhado. Os relatórios de entrega definitiva, tanto do cercamento quanto da obra, deverão conter registros fotográficos do 'ANTES' e 'DEPOIS'.